



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça

ATA DA REUNIÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

Data	Horário	Local	Coordenador
15.05.2015	09h	Sala de Reuniões da Presidência	Dr. Luiz Antonio Cavassa de Almeida

2. OBJETIVOS DA REUNIÃO

1. Avaliar e votar as propostas de melhoria para o Primeiro Grau, encaminhadas pelos membros do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau e pelos representantes das associações.

3. PARTICIPANTES

- * Membros do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau.
- * Representantes da AMAMSUL e SINDIUS.

4. PAUTA

Assunto

1. Apresentação, apreciação e votação das propostas que visam a atender o disposto na Resolução nº 194, do Conselho Nacional de Justiça.

5. DISCUSSÃO

Aos quinze dias do mês de maio de 2015, reuniram-se na Sala de reuniões da Presidência, os membros do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau e representantes das associações para avaliarem as propostas de melhoria da gestão no Primeiro Grau e votarem nas que melhor atenderão ao disposto na Resolução nº 194, do Conselho Nacional de Justiça. Iniciada a reunião, o Dr. Luiz Antonio Cavassa de Almeida, Juiz Auxiliar da Presidência, teceu algumas considerações sobre as propostas encaminhadas e destacou que várias delas deverão ser excluídas da apreciação do Comitê por tratarem de matérias alheias ou não estarem de acordo com as linhas de atuação impostas no art. 2º da Resolução 194, do Conselho Nacional de Justiça. Sendo assim, as propostas que serão submetidas à apreciação e votação na presente reunião, são: 1) Políticas voltadas à Saúde dos Servidores e Magistrados – Programa de Qualidade de Vida; 2) Utilizar e ampliar as comunicações internas pela INTRANET e SCDPA quanto a alteração das normas e no sistema SAJ; 3) Regulamentação da Videoconferência; 4)



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça

ATA DA REUNIÃO

Criação de um cargo de assistente de gabinete para os magistrados do interior; 5) Aproveitamento dos servidores que exercem o cargo de Serviços Gerais; 6) Adicional de Produtividade; 7) Padronização e institucionalização de modelos de documentos a serem emitidos pelo SAJ e 8) CPE – Central de Processamento Eletrônico. Todos os presentes receberam uma cópia das propostas que serão apreciadas e a decisão foi lida e explicada pelo Dr. Luiz Antonio Cavassa de Almeida. A Sra Tatiana Barbosa destacou que algumas propostas foram pensadas e contempladas no Plano Estratégico 2015-2020. O Dr. Alexandre ressaltou a Corregedoria e a Ouvidoria para tratar de questões abusivas; o Dr. Rodrigo propôs cursos para tratar de questões de assédio moral; o Sr. Valdecy justificou que algumas sugestões foram enviadas pela possibilidade do Comitê Regional de Priorização tratar também das questões orçamentárias. O Dr. Luiz Antonio Cavassa de Almeida explicou que será instituído outro Comitê para atender essas questões. A Sra Tatiana Barbosa salientou que o Plano Estratégico não é engessado e que os projetos poderão ser redefinidos até 2020; O Sr. Alencar destacou que muitos servidores se sentem acuados e que a composição de alguns departamentos como a Ouvidoria, precisam ser revistas. Dr. Alexandre disse que é necessário utilizar os canais de comunicação existentes para que sejam identificados os lugares onde há problemas de assédio moral, dentre outros. Dr. Paulo destacou a necessidade de encorajar os servidores a falarem sobre essas questões. Pelos representantes do interior foi dito que nas visitas do Diretor-Geral nas Comarcas, não houve a possibilidade dos servidores tratarem de problemas pontuais diretamente com o Sr. Marcelo. O Dr. Alexandre sugeriu que a Ouvidoria seja mais pró-ativa e que fossem disponibilizados uma Assistente Social e uma Psicóloga em sua composição para melhor atender os servidores. O Sr. Sâmmer pediu para constar que não será a mesma composição do Comitê para atender a Resolução 194 e 195, do CNJ. O Dr. Alexandre ressaltou que a decisão será dada pelo Presidente e comunicada a todos os membros do Comitê. Sr. Sâmmer falou sobre o aparente desconhecimento dos magistrados sobre as atribuições dos servidores, o que acarreta em acúmulo de atividades e/ou desvio de função. Sobre a criação da função de auxiliar, o Dr. Alexandre tratou do trabalho da CPE e da necessidade de rever as atividades dos servidores nas Comarcas. Dra. Joseliza falou da realidade dos magistrados que realizam audiências sozinhos. Dr. Juliano retomou a fala do Sr. Sâmmer e pediu cautela com a utilização do termo "assédio moral". Dr. Alexandre destacou que 75% da força de trabalho do TJMS está concentrada no 1º grau, embora não seja suficiente. Com a presença do Sr. Marcelo, Diretor-Geral, o Sr. Sâmmer sugeriu que nas próximas visitas, reúnam os servidores para um debate de melhorias para o Tribunal. O Sr. Marcelo sugeriu que as Comarcas se organizem e manifestem o interesse de falar com ele para que seja agendada a reunião. Para finalizar o Sr. Sâmmer pediu que seja revista a Lei que instituiu a CPE no que tange à obrigatoriedade do servidor de vir para a capital. No mesmo sentido a Dra. Joseliza destacou o impacto da CPE para os juízes da capital já que a maioria dos servidores é de Campo Grande e acabam sobrecarregando o trabalho nos cartórios. Pediu para que seja analisada a possibilidade do servidor trabalhar na CPE, da sua Comarca. O Sr. Leonardo retomou algumas propostas do SINDIJUS que julga pertinente e o Dr. Cavassa ressaltou que nosso Tribunal está obedecendo ao solicitado pelo CNJ. Dr. Alexandre destacou que o intuito do Comitê é discutir propostas e não investigar o Tribunal. Dr. Cavassa colocou em votação as propostas do SINDIJUS. Por maioria, contra o voto. O único voto favorável foi o do Sr. Sâmmer. Dr. Cavassa, retomou a pauta e a leitura da decisão. Dr. Alexandre tratou das questões das atribuições especialmente dos agentes de



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça

ATA DA REUNIÃO

serviços gerais e antigos operadores; bem como do cuidado no cadastro e distribuição das ações penais. Outra questão é a integração dos sistemas e apontou a dificuldade de trabalho com a Polícia Federal que não cumpre sua parte. Por fim falou do cuidado na expedição dos alvarás. O Sr. Valdecy falou das atribuições e disse que todos os agentes de serviços gerais de sua Comarca foram retirados dos cartórios. O Comitê julgou pertinente encaminhar uma nova orientação para que os agentes permaneçam em cartório, desenvolvendo suas atividades. A Direção-Geral enviará expediente com os devidos esclarecimentos. Pelo Comitê o item "1" que trata das atribuições, foi reconsiderado e votado favorável, por unanimidade. Sr. Sâmer sugeriu que os servidores recebam adicional, quando desviado de sua função e que o manual de atribuições não seja por portaria, mas por lei. Sobre a questão do manual de atribuições 8 votos favoráveis e 03 votos contrários a publicação do manual por lei. Dr. Alexandre falou sobre a "Lei de Promoção" criada em São Paulo que incentiva a capacitação dos servidores. O Sr. Marcelo falou da preocupação com a valorização dos servidores. Sobre o item "2" que trata da digitalização de processos o Sr. Alencar falou de sua experiência de digitalizar todos os processos e da vantagem na celeridade dos processos. Sobre a força tarefa para a digitalização, pelos custos elevados e pelas experiências já realizadas, fica rejeitada pelo Comitê; mas ficará a caráter de sugestão aos Senhores Magistrados que desejarem se organizar e propor a digitalização dos autos, dentro de suas possibilidades. O Sr. Valdecy falou do item "4" que versa sobre o monitoramento e cumprimento das metas. A sugestão é que a Corregedoria, EJUD e Assessoria de Planejamento, adotem um método de controle de produtividade e/ou processos paralisados para que sejam encaminhados aos cartórios com as devidas orientações como auxílio aos chefes de cartório no monitoramento das metas. Sobre o item "6" que fala da expedição e assinatura de expediente, o Sr. Valdecy falou da experiência de sua comarca que há 6 anos tem essa prática por uma ordem de serviço estabelecida. Diante do trabalho de padronização de modelos que está em andamento, fica como sugestão para a Comissão de Padronização de documentos a discussão do que poderá ou não ser assinado pelos servidores. Feitas as considerações, o Dr. Cavassa retomou as 7 propostas apontadas para apreciação e votação pelo Comitê: 1) Políticas voltadas à Saúde dos Servidores e Magistrados – Programa de Qualidade de Vida - APROVADA ; 2) Utilizar e ampliar as comunicações internas pela INTRANET e SCDPA quanto a alteração das normas e no sistema SAJ – Sugestão do Sr. Valdecy: encaminhar as alterações de legislação/sistema aos servidores na maior brevidade possível - APROVADA; 3) Regulamentação da Videoconferência - APROVADA; 4) Criação de um cargo de assistente de gabinete para os magistrados do interior – Dr. Rodrigo fez uma breve explanação dizendo da importância de estar nos gabinetes, servidores com qualificação técnica, bacharel em direito, sendo 50% do quadro e 50% não. Sugeriu que a distribuição/quantidade de servidores deverá estar de acordo com o volume de processos. Dr. Alexandre sugeriu que onde há apenas um assistente e um assessor, que seja o assistente do quadro e que o magistrado tenha a liberdade de escolher o assessor 100% fora do quadro. Se houver 2 assessores, ficaria 50% do quadro e 50% não. Dr. Rodrigo pediu para constar que a proposta apresentada pelo Dr. Cláudio de 2 assessores e 1 assistente esbarra nas questões orçamentárias. A AMAMSUL insistiu na existência de 02 assessores - APROVADA; 5) Aproveitamento dos servidores que exercem o cargo de Serviços Gerais - APROVADA; 6) Adicional de Produtividade – Dr. Alexandre colocou a dificuldade de mensuração dessa produtividade. A Sra Tatiana falou do mapeamento de competências e produtividade que constam nos projetos da GP para o Plano Estratégico



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça

ATA DA REUNIÃO


2015-2020 – EM ESTUDO; 7) Padronização e institucionalização de modelos de documentos a serem emitidos pelo SAJ - APROVADA e 8) CPE – Central de Processamento Eletrônico - APROVADA. O Sr. Alencar sugeriu maiores informações e participação na elaboração e mudanças ocorridas na CPE. O Dr. Alexandre ressaltou que essa interação é feita à medida que a CPE amplia seu trabalho. O Sr. Sâmner solicitou o encaminhamento das informações que disciplinam o trabalho da CPE. Dr. Alexandre disse que até o final do ano 100% da execução penal estará na CPE e prestou outros esclarecimentos. Disse que solicitará a Sra. Conceição, a confecção de um material compilado sobre a CPE para conhecimento dos servidores. Para finalizar, o Dr. Cavassa sugeriu que todas as propostas votadas sejam apresentadas ao Presidente no próximo dia **08 de junho de 2015 às 14h**. Não havendo mais nada a deliberar, eu, Bruna Gracieli de Souza, que lavei a presente ata, dou-a por encerrada com a assinatura dos participantes.

6. FECHAMENTO DA ATA

Participantes

Assinaturas

Magistrados


01. Luiz Antonio Cavassa de Almeida
(Juiz Auxiliar da Presidência)

02. Dr. Alexandre Antunes da Silva
(Juiz Auxiliar da Presidência)

03. Dr. Paulo Afonso de Oliveira
(Juiz Auxiliar da Presidência)

04. Dr. Atilio Cesar de Oliveira Junior
(Juiz Auxiliar da Vice-Presidência)

05. Dr. Juliano Rodrigues Valentim
(Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça)


LEONARDO



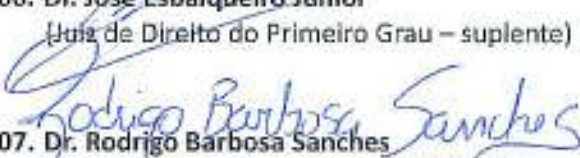





Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça

ATA DA REUNIÃO


06. Dr. José Esbalqueiro Júnior
(Juiz de Direito do Primeiro Grau – suplente)


07. Dr. Rodrigo Barbosa Sanches
(Juiz de Direito escolhido pelo Tribunal)

Diretores


01. Marcelo Vendas Righetti
(Diretor Geral)


Servidores


01. Tatiana Barbosa Rodrigues
(Coordenadora de Planos Institucionais)



02. Ademir Sandim Taveira
(Secretaria de Finanças)


03. Alencar Tavares de Oliveira
(Entrância Especial – titular)

04. Hermes Paulo Alves Zandoná
(Entrância Especial – suplente)


05. Samer Cazeiro El Kadri
(Primeira Entrância – titular)

06. Maisa Cristina Silva de Oliveira Camargo
(Primeira Entrância – suplente)


07. Valdecy de Assis
(Segunda Entrância – titular)



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça

ATA DA REUNIÃO

08. Josiane Garcia Prado
(Segunda-Entrância – suplente)

09. Luciano Moreira de Souza
(Secretário)

Representantes das Associações

01. Leonardo Barros de Lacerda
(SINDIJUS)

02. Joseliza Alessandra Vanzela Turine
(AMAMSUL)

7. DATA DA ATA

Campo Grande, 15.05.2015